

**Historiografia do sistema político-partidário no Rio Grande do Sul da
Primeira República Brasileira: notas e questionamentos***

*Historiography of the party political system in Rio Grande do Sul of the Brazilian's first
republic: Notes and questions*

*Historiografía Del sistema político del partido em Rio Grande do Sul de la Primeira
República de Brasil: Notas y cuestionamientos*

Rodrigo Dal Forno**

<https://orcid.org/0000-0001-8088-8836>

RESUMO: O presente artigo analisa a historiografia que abordou o sistema político-partidário no estado do Rio Grande do Sul durante a Primeira República do Brasil (1889-1930). A análise foi desenvolvida através da problematização de diferentes contribuições selecionadas a partir dos critérios de pesquisa previamente delimitados. Através de uma reflexão sobre determinadas contribuições produzidas, principalmente durante o século XX, debati os principais fatores explicativos e interpretativos encontrados para compreender as nuances políticas da época. Como resultado central desta investigação é possível identificar que o fator ideológico e seus aspectos correlatos serviram como um elemento determinante nas explicações empreendidas.

Palavras-chave: Historiografia. Política. Primeira República brasileira. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: This paper analyzes the historiography that investigated the political-party system in the state of Rio Grande do Sul during the First Republic of Brazil (1889-1930). The analysis was

* Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Foi professor substituto no Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Venâncio Aires (2019-2021). Possui interesse e experiência de pesquisa nas áreas de História Social da Política, História do Brasil Republicano, História do Rio Grande do Sul, imagem e poder, elites e partidos políticos. Temas em torno dos quais publicou artigos e capítulos de livros. E-mail: rodrigodalverno@hotmail.com.

developed through the problematization of different contributions selected from the previously defined research criteria. Through a reflection on certain contributions produced, mainly during the 20th century, I discussed the main explanatory and interpretive factors found to understand the political nuances of the time. As a central result of this investigation, it is possible to identify that the ideological factor and its related aspects served as a decisive element in the explanations undertaken.

Keywords: Historiography. Politics. Brazil's First Republic. Rio Grande do Sul.

RESUMEN: Este artículo analiza la historiografía que abordó el sistema político de partidos en el estado de Rio Grande do Sul durante la Primera República de Brasil (1889-1930). El análisis se desarrolló a través de la problematización de diferentes aportes seleccionados a partir de los criterios de investigación previamente definidos. A través de una reflexión sobre determinados aportes producidos, principalmente durante el siglo XX, debatí los principales factores explicativos e interpretativos encontrados para comprender los matices políticos de la época. Como resultado central de esta investigación, es posible identificar que el factor ideológico y sus aspectos relacionados sirvieron como elemento determinante en las explicaciones emprendidas.

Palabras clave: Historiografía. Política. Primera República de Brasil. Rio Grande do Sul.

Como citar este artigo:

Forno, Rodrigo Dal. "Liberdade para o capital: intelectuais do IBRE-FGV e as legislações sobre capital estrangeiro no Brasil (1951-1967)". *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 271-295.

Considerações Iniciais

A história das primeiras décadas do regime republicano no estado do Rio Grande do Sul (1889-1930) foi alvo de sucessivas e múltiplas abordagens que propuseram analisar e/ou descrever os principais acontecimentos, grupos, lideranças e ideias políticas do período. O tema, amplamente visitado e revisitado pela literatura, se tornou uma tradição na historiografia: desde os escritos de contemporâneos aos episódios (correligionários ou simpatizantes aos grupos político-partidários da época); passando por pesquisadores com relativo afastamento, temporal e partidário, de seus objetos de investigação; chegando nos estudos desenvolvidas no âmbito acadêmico-universitário na segunda metade dos novecentos até os dias de hoje.

Muitos dos argumentos e interpretações construídos ao longo dessa trajetória mantiveram-se presentes em sucessivas gerações de autores e autoras até o presente. Em alguns casos, estes

elementos se tornaram alvo de repetitivas citações e reproduções. Dentre os principais tópicos identificados é possível destacar alguns: a percepção sobre uma suposta e acentuada politização do Rio Grande do Sul, diferente ou superior àquela do restante do Brasil; o papel “extraordinário” desempenhado pelas “grandes lideranças” nos rumos dos acontecimentos da história regional; a existência de uma coesão e fidelidade partidária peculiar aos sul-rio-grandenses; e o peso do elemento ideológico na atuação dos grupos e agentes políticos, principalmente, em decorrência da influência do fenômeno do positivismo no âmbito estadual.

Partindo deste cenário, o presente artigo¹ tem como objetivo analisar e problematizar um assunto em específico: a ênfase historiográfica no fator ideológico para compreender e explicar os diferentes aspectos do sistema político-partidário do Rio Grande do Sul na Primeira República. Ainda que este elemento esteja profundamente conectado aos outros (politização acentuada, superioridade frente aos demais estados, grandes líderes etc.) - e isto ficará evidente ao longo da exposição -, o que interessa em minha análise é discutir a preponderância e sobrevalorização da dimensão ideológica nos diferentes estudos do tema.

A análise será realizada através da problematização de diferentes contribuições historiográficas² previamente selecionadas e produzidas, principalmente, ao longo do século XX. Diante do amplo e numeroso quadro de escritos sobre o tema seria inviável englobar toda a vasta literatura produzida. Dessa forma, realizei recortes a partir de alguns critérios pré-determinados, como por exemplo, a relevância do texto para a análise proposta, a riqueza de informações e o conteúdo apresentado na obra, a proeminência do autor nos estudos sobre o tema e a relação de cada obra com o contexto político em evidência. Nesse sentido, as obras escolhidas fazem parte de uma seleção, ou seja, uma opção subjetiva e parcial a partir dos interesses e critérios de pesquisa delimitados pelo autor.

Ademais, tentativas de análise historiográfica nunca são tarefas fáceis de serem empreendidas³, tendo em vista os riscos iminentes de deixar de lado contribuições importantes ou falhar em classificações estanques que não deem conta da diversidade e riqueza de cada texto e autor. Apesar

¹ As reflexões apresentadas nesse artigo fazem parte de uma discussão mais ampla e aprofundada, resultado da pesquisa de tese de doutorado do autor. O estudo versou sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas principais lideranças entre os anos de 1920 e 1930 (Dal Forno 2020).

² Com objetivo de facilitar a exposição dos argumentos, os diferentes tipos de abordagem e autores serão tratados como “historiografia” ou “estudos históricos”. Ciente dos riscos e peculiaridades de cada um deles, o termo serve apenas como aglutinador de um conjunto de textos que versaram sobre o contexto histórico. Cabe esclarecer que a temática “historiografia” se tornou um campo de investigação específico dentro da História. Sobre o tema, ver: Malerba 2006.

³ Durante os últimos anos, alguns pesquisadores realizaram iniciativas interessantes sobre temas aproximados (Gutfreind 1992; Pesavento 1998; Axt 2002; 2011; Boeira 2002; Pezat 2006).

destas dificuldades, esta iniciativa justifica-se por suas potencialidades, principalmente, no sentido de compreender os problemas historiográficos colocados outrora e que continuam relevantes para novos estudos, permitindo uma visão mais ampla daquilo que já foi produzido, com todos os seus méritos e problemas, assim como aquilo que ainda se apresenta como lacuna a ser superada e argumentos a serem revisitados por novos interessados no assunto. Dessa forma, não se trata aqui de esgotar o debate bibliográfico sobre o tema, pretensão que passa longe do esforço atentado. Mas, sim, de contribuir com outros olhares e interrogações, fruto de minhas experiências de leituras e pesquisas com a temática da política na Primeira República.

No pano de fundo das reflexões desenvolvidas ao longo do texto, encontram-se alguns questionamentos centrais: de que forma autores, em diferentes contextos e espaços de produção historiográfica, compreenderam o sistema político em questão? quais foram os principais fatores e elementos identificados como determinantes na política? A partir de que aspectos os partidos e suas lideranças foram caracterizados? Qual a relevância dos aspectos ideológicos ou doutrinários nestes argumentos? Que continuidades e mudanças são possíveis de serem identificados na narrativa historiográfica construída ao longo do século XX até os dias de hoje? Para discutir estas questões, procurei destacar alguns dos argumentos apresentados, problematizando e assinalando para as convergências e divergências presentes em diferentes propostas ao longo do tempo.

Cabe ainda ressaltar que, ao colocar em evidência este debate, não se pretende negar a importância do plano ideológico para o sistema político-partidário republicano, muito menos invalidar as profícuas contribuições apresentadas por diferentes estudiosos. O que se propõem é visitar o problema, rediscutindo interpretações até então reiteradamente enfatizados pela historiografia. Para atingir este objetivo, o texto se encontra organizado em três partes principais. Na primeira delas apresento alguns comentários e percepções gerais sobre a historiografia do tema. No segundo momento, aprofundo e problematizo algumas contribuições de autores específicos. Por fim, enquanto considerações finais, proponho algumas notas interpretativas para o debate.

Dos contemporâneos aos acadêmicos: a historiografia sul-rio-grandense e a temática da política na Primeira República

Antes de adentrar na análise dos autores e seus argumentos, cabe tecer alguns comentários gerais sobre a historiografia em análise. Conforme mencionado anteriormente, as contribuições sobre o tema perpassam por diferentes tipos de textos. Em primeiro lugar, estão os relatos e narrativas produzidas por historiadores considerados como não profissionais/acadêmicos, escritores contemporâneos aos episódios, partidários ou simpatizantes dos principais grupos políticos da época, Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Partido Federalista (PF) e Partido

Libertador (PL)⁴. Em seguida, situam-se as análises resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico⁵, ou seja, elaboradas de acordo com os critérios, métodos e regras de pesquisas adotados nas universidades. Cabe ressaltar que não cabe aqui proceder um juízo de valor entre os diferentes estudos históricos e seus lugares de produção, a divisão tem como intuito apenas auxiliar na identificação de aproximações, distanciamentos, semelhanças e diferenças entre diferentes obras e autores.

Outra característica importante diz respeito ao fato de que a grande maioria destes textos teve como objeto de análise o PRR e suas principais lideranças (Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e outros), grupo que monopolizou o poder estadual e teve destacada participação na política nacional durante a Primeira República. Deste fato, decorreram duas problemáticas identificáveis. Primeiro, uma concepção de que o partido situacionista poderia ser compreendido como o centro político, ou até mesmo confundido com o sistema político em si, e a partir do qual seria possível compreender toda a política partidária regional, inclusive a atuação dos diversos grupos opositores (republicanos dissidentes, democratas republicanos, federalistas e libertadores). Boa parte destes grupos e lideranças de oposição, na maioria das vezes, acabaram sendo lidos exclusivamente em referência à hegemonia de seus rivais e não através de suas características e dinâmicas históricas próprias⁶.

Além disto, é perceptível a pouca quantidade de estudos aprofundados sobre os grupos e lideranças opositores, quando comparada às numerosas investigações sobre o situacionismo. A preferência historiográfica pelo PRR ao longo dos anos, principalmente nos estudos acadêmicos, pode ser entendida por alguns motivos. Em primeiro lugar, a destacada quantidade e qualidade das fontes disponíveis⁷ sobre o grupo e seus líderes, em contraste ao reduzido número de documentos

⁴ Para destacar apenas alguns: Escobar (1920; 1922), Osório (1930), Russomano (1932), Fontoura (1958; 1963), Mem de Sá (1973), Ferreira Filho (1973; 1974) e Flores da Cunha (1979).

⁵ No Rio Grande do Sul, a profissionalização da atividade de pesquisa em História ocorreu através formação de mestres e doutores historiadores e cientistas sociais a partir dos anos de 1970, em um movimento caracterizado pela especialização de professores sul-rio-grandenses em programas de pós-graduação em outros estados, a fundação dos programas da PUCRS e UFRGS e a presença de pesquisadores que passaram a publicar os resultados de seus estudos sobre temáticas regionais (Pezat 2006, 264-265; Elmir 2011, 279-285). Dentre os diversos nomes neste contexto, é possível destacar alguns: Love (1975), Trindade (1979a; 1979b), Pesavento (1979; 1980), Vélez Rodríguez (1980), Boeira (1980), Noll (1980), Antonacci (1979; 1981), Pinto (1986) e Félix (1987). Boa parte destas análises se tornaram textos referenciais no estudo da política republicana no Rio Grande do Sul. Alguns destes foram recentemente republicados em coletânea (Dal Forno; Lapuente 2019).

⁶ Este foi um dos motes de meu estudo sobre o Partido Libertador, grupo de oposição formado nos anos de 1920. Através do estudo procurei redimensionar a atuação do partido e de suas lideranças, principalmente, na sua atuação no contexto da Aliança Liberal, da revolta de 1930 e dos primeiros anos do governo Vargas (Dal Forno 2020).

⁷ Dentre os diversos acervos com documentações do PRR destaca-se o Arquivo Borges de Medeiros, mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em Porto Alegre/RS e alvo de diversos pesquisadores ao longo das últimas décadas.

preservados sobre as oposições. Tendo em vista que o grupo empolgou o poder e foi hegemônico no aparelho do Estado e seus órgãos oficiais por sucessivos anos, seja nos quadros municipais, no executivo estadual e na maioria legislativa. Em segundo lugar, algo que me parece ainda mais determinante, trata-se de uma visão, em partes construída e reforçada pela própria historiografia no decorrer dos anos, de que o PRR seria um tema supostamente “mais nobre de ser estudado”⁸ em decorrência da identificação de um conjunto de características “especiais”: um projeto político duradouro e coerente; o “brilhantismo” de lideranças como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros; a “consistência e embasamento doutrinário-ideológico” do partido; a “disciplina, coesão e hierarquia partidária interna”; e entre outros aspectos que tornariam o grupo republicano “singular” ou “superior”, tanto em relação aos seus adversários regionais, quanto aos demais partidos e lideranças brasileiras do período⁹.

Apesar desta preferência, este quadro parece estar em mudança com o surgimento de diversos estudos sobre os movimentos de dissidência e oposição no cenário estadual¹⁰. Essa proposta de fornecer maior atenção aos movimentos e agentes de oposição também guarda relações com um movimento historiográfico mais amplo, uma tendência de redimensionar o papel da competição política e das possibilidades do oposicionismo no quadro nacional da Primeira República¹¹, com isto desenhando um cenário mais complexo, diferentemente da caricatura de um sistema marcado apenas pela fraude, violência, clientelismo, ausência de direitos e eternização das mesmas oligarquias no poder (Ferreira; Pinto 2017, 437).

Além destes aspectos, é possível identificar a centralidade da dimensão ideológica nesta tradição de estudos. Na grande maioria das abordagens buscou-se em noções e aspectos como “ideologia”¹², “doutrina”, “famílias ideológicas”, “positivismo”, “autoritarismo”, “liberalismo”, as principais fontes de compreensão e explicação para os diferentes problemas políticos. Estes elementos seriam a resposta para quase todas as perguntas colocadas, sejam elas sobre o PRR, sobre os oposicionistas, sobre as guerras civis estaduais, sobre a organização e funcionamento do

⁸ Ao problematizar a ausência de estudos sobre coronelismo no Rio Grande do Sul, Félix identificou “temas nobres” que “refletiam a visão que a classe dominante tinha de si e do mundo”: a glorificação do gaúcho, a democracia sulina, a Revolução Farroupilha, o sentimento de nacionalidade, o espírito do partido, etc. Segundo ela, a historiografia reforçou um sentimento de superioridade do estado, sua “força, bravura e originalidade” e “estabilidade política”, “resultado do republicanismo castilhistaborgista” (Félix 1987, 9-10).

⁹ Uma boa comparação entre os partidos republicanos do Rio Grande do Sul e de São Paulo pode ser encontrada na análise de Renato Perissinotto e Rafael Sêga (Perissinotto; Sêga 2011).

¹⁰ Por exemplo: Aita (2007); Flores (2009), Dal Forno (2015; 2020); Rouston Jr (2016); Saccol (2018).

¹¹ Por exemplo: Holanda (2009), Pinto (2011), Viscardi (2012; 2017) Ricci e Zúlini (2014, 2016); Figueiredo (2017).

¹² Embora não seja objetivo entrar em análises conceituais, cabe assinalar que a noção de ideologia possui variados significados e acepções, com uma larga tradição de reflexão nas ciências sociais e humanas. Uma síntese do problema pode ser encontrada em: Mannheim, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972; Thompson, John B. *Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

regime republicano, sobre as políticas públicas dos governos estaduais, sobre a conduta e trajetórias dos políticos e seus partidos etc.

A percepção sobre a centralidade deste fator, principalmente no que diz respeito ao fenômeno do positivismo¹³, não é uma novidade no debate historiográfico. Ainda no início dos anos 1980, Helga Piccolo destacou ser um traço comum dos estudos, “sejam eles numa linha puramente descritiva ou se constituído em análises”, de “salientar a influência positivista” (Piccolo 1982, 234). Da mesma forma, Sandra Pesavento assinalou a “extrema relevância” que a doutrina assumiu para os estudiosos, pois era vista como um “elemento chave para o entendimento da realidade local, porque ancorada no âmago da elite política” parecia impregnar “todos os setores da vida”, com isto “delimitando especificidades e individualizando, regionalmente, um ‘modo de ser’ e uma história sul rio-grandense” (Pesavento 1998, 60-61). Por outro lado, autores indicaram os perigos em determinados excessos interpretativos: Pesavento alertou “para não transformar o positivismo num marco redutor e explicativo de toda uma realidade [...] nem tudo foi positivismo no Rio Grande” (Pesavento 1998, 64); Nelson Boeira argumentou que a ênfase dominante

funcionou como um engodo e como camisa-de-força para os pesquisadores. A esse defeito correspondeu [...] uma reação de sobrevalorização indevida do positivismo rio-grandense, com frequência apresentado como doutrina coesa, largamente distribuído entre setores da elite local e fonte de orientação para condutas políticas e políticas públicas (Boeira 2002, 240).

Para o autor, na grande maioria dos estudos, o positivismo foi apresentado como um corpo constante de ideias, supondo-se a existência de uma “doutrina mais ou menos identificável, que corresponderia às crenças da maior parte dos positivistas gaúchos”, assumindo-se como definitivo que aqueles “que expressaram tais ideias também as utilizaram orientar suas práticas”, restringindo a “dimensão retórica e legitimadora do positivismo em favor de sua dimensão de orientação efetiva das ações” (Boeira 2002, 241). Em sentido similar, Gunter Axt alertou sobre a visão construída por estudiosos que, “amparando-se exclusivamente no discurso doutrinário” da imprensa partidária, esqueceram de “processar a dívida crítica” ou “excluíram fontes que indicavam os limites dessas teses”, considerando-se o PRR como “promotor do progresso, da modernidade e do bem comum, em um projeto coletivo e funcional”, tudo isto graças ao positivismo (Axt 2011, 26-28; 34).

Conforme aprofundarei a seguir, essa perceptiva de assumir o fator ideológico como determinante pode ser mapeada ao longo dos anos e, guardada suas devidas especificidades, perpassou por diferentes gerações de escritores e estudiosos do tema.

¹³ Paulo Pezat realizou um levantamento sobre as produções em torno do tema, concluindo sobre a centralidade que este assumiu para sucessivas gerações de pesquisadores na segunda metade do século XX (Pezat 2006, 259).

O fator ideológico como determinante: impressões e interpretações sobre o sistema político-partidário

Os primeiros autores a identificarem a preponderância desse elemento, foram aqueles que vivenciaram o período e reproduziram suas opiniões em diferentes escritos. O deputado federalista Wenceslau Escobar¹⁴ criticou os rivais do PRR e sua “ortodoxia positivista comtiana” (Escobar 1922, 287), doutrina materializada através da constituição castilhistas¹⁵, responsável por estabelecer uma “ditadura *científica*” baseada nos “princípios da política positiva de Comte” e fruto da “natureza autoritária do Dr. Castilhos”, “homem intolerante, autoritário e tenaz” (Escobar 1920, 23-30).

Em direção oposta, Joaquim Luis Osório¹⁶ considerou que a “doutrina da escola positivista” esteve presente no programa do PRR, “conservador, ao mesmo tempo que progressista, capaz de conduzir o Estado a uma perfeita organização social”. A teoria estaria presente na constituição, “obra prima de Júlio de Castilhos, monumento de sabedoria política” (Osório 1930, 9-10; 21-25). Em sentido aproximado, Victor Russomano¹⁷, ao analisar as constituições estaduais, destacou aquela produzida por Castilhos, continuadora de uma tradição republicana. Para o autor, seria possível identificar uma suposta “superioridade” na política sul-riograndense devido a sua preocupação com o tema constitucional, sendo o estado “uma verdadeira oficina de ideias republicanas, forjadas no mais puro fogo das suas tradições de guerras pela liberdade” (Russomano 1932, 14-16; 153).

Outras contribuições importantes encontram-se nas obras dos políticos João Neves da Fontoura, José Antônio Flores da Cunha e Mem de Sá. Fontoura¹⁸ caracterizou a política estadual através de, principalmente, o papel das lideranças e a virtude das ideias. Neste sentido, destacou que através da influência de Castilhos, o estado foi balizado pela “rigidez dos princípios”, se afastando das grandes manobras nacionais, especialmente, em decorrência da “formulação filosófica e objetiva da forma de governo [...] convictamente partidário das soluções da política positiva”, no qual o PRR parecia “menos um partido político do que uma escola filosófica, uma religião”. Sobre os adversários, reconheceu como feitos da “mesma matéria prima [...] inflexível,

¹⁴ Foi bacharel em direito, redator de jornais oposicionistas e deputado federal oposicionista. Além das obras em destaque, publicou outros textos sobre o tema. Faleceu no ano de 1938.

¹⁵ A dita “constituição castilhistas” foi escrita por Júlio de Castilhos em 1891, responsável por organizar o regime republicano no Rio Grande do Sul. Seu conteúdo foi amplamente estudado e entendido como uma das principais referências da influência do positivismo na política estadual e uma das causas da revolta federalista de 1893-1895.

¹⁶ Foi bacharel em direito, redator de jornais situacionistas, deputado estadual e federal pelo PRR. Além da obra em destaque, publicou outros textos sobre temas aproximados. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1949.

¹⁷ Foi médico, advogado, jornalista, escritor e deputado federal pelo PRR. Faleceu no final da década de 1930.

¹⁸ Foi importante líder do PRR, deputado federal e participante das revoltas de 1930 e 1932. Suas memórias foram publicadas em dois volumes: “Borges de Medeiros e seu tempo” e “Aliança Liberal e a Revolução de 1930”.

quanto aos princípios e aos homens” e “governados pelo exemplo, pela firmeza, pelo idealismo”. Através desta leitura, definiu o funcionamento da política regional nas primeiras décadas do regime republicano: “era assim, de pais a filhos”, o “partido, como a religião, não admitia transigências” (Fontoura 1958, 14-15; 28-35; 82).

A partir destes aspectos¹⁹, o autor sugere a diferenciação entre a política praticada no estado e no restante do país. Os rio-grandenses possuíam “convicções acima dos interesses”, enquanto os partidos de outras regiões, “não se constituíam em torno de diretrizes ou tendências doutrinárias, salvo exceções [...] não passavam de indecisos contingentes pessoais ou grupos sem conteúdo de princípios”. No seu estado, o quadro era outro, os partidos ostentavam “marca de velhas divergências históricas, até os animava o contraste de ideias”: de um lado, PRR, “presidencialista intransigente” e, de outro, o PF, “batendo-se desde Gaspar Martins, pela implantação do parlamentarismo”, guiados pela “fidelidade a muitas das ideias fundamentais, sempre por nós sustentadas, até pelas armas” (Fontoura 1958, 22; 231-233; 349). Os termos utilizados pelo autor, “seita”, “idealismo”, “contraste de ideias”, “inflexível, quanto aos princípios e aos homens”, apontam para a sobrevalorização da dimensão ideológica e indicam a caracterização que se tornaria vital na historiografia das décadas seguintes: a centralidade dos “conflitos de ideias” e das “grandes lideranças”.

Em sentido similar, Flores da Cunha²⁰ utilizou de sua experiência particular para evidenciar a proeminência das ideias na política estadual. Segundo ele, foi graças ao “ardor cívico” que dedicou aos “ideais republicanos”, “tão-somente pelo amor aos ideais”, que o fizeram “de corpo e alma” defender o seu partido. Ilustrando esta lógica, relatou um interessante diálogo travado com Honório Lemes, um de seus principais rivais no campo de batalhas nas guerras civis gaúchas: “- Então amigo é nessa situação que o venho encontrar? Respondeu-me: - Que quer, doutor, são ideias!” (Flores da Cunha 1979, 12; 32; 120; 136).

¹⁹ João Neves também sugere a relevância da formação histórica do estado, na qual “sua posição geográfica impusera aos habitantes o exercício da política como variante da conscrição militar”. Desta condição de “insularidade política”, resultaram os “hábitos da campanha” e a “necessidade de auxílio entre o fazendeiro e o peão, a fraternidade das urnas e das armas”, fazendo do “Rio Grande um reino da igualdade”, “terra da hospitalidade, da igualdade, do espírito de cooperação, sem discriminação nem de Nação, nem de raças, nem de crenças, nem de cores” (Fontoura 1958, 32-33; 50; 318-319). Esta visão também está presente em Sá (1973) e Marques (2005). Este último destaca o “temperamento democrático que é nato do gaúcho” e a ausência de desigualdade sociais na relação entre estancieiros e peões, um “modo de tratar e de conviver mais ameno, cordial e democrático” (Sá 1973, 101-102), sugerindo uma, entre as diversas facetas da suposta “superioridade” do Rio Grande do Sul frente ao panorama geral brasileiro.

²⁰ Foi uma das principais lideranças do PRR, deputado estadual e federal, combateu nas revoltas de 1923 e 1930 e governou o estado durante a década de 1930. O livro “A Campanha de 1923” foi escrito durante sua prisão pelo Estado Novo no Rio de Janeiro. Sua primeira edição data de 1942, posteriormente, após a morte do autor, foi reeditada pelo filho em 1979, versão utilizada como referência nesta análise.

A mesma linha argumentativa pode ser encontrada nas contribuições de adversários dos republicanos. Na narrativa Mem de Sá²¹ destacam-se três temas interligados: o papel das ideias e suas respectivas divisões político-partidárias; a centralidade das lideranças; e o sentimento de “politização superior do gaúcho”. Segundo o autor, esta politização superior teria algumas causas. Em primeiro lugar, a formação histórica do estado e da “gente gaúcha”, vinculadas ao período de guerras no espaço fronteiriço, com destaque para o “caudilho rio-grandense”, tema também destacado por João Neves da Fontoura. O segundo fator, estaria em “dois gigantes” que “encarnaram e dirigiram duas correntes opostas de pensamento, de ideologia e de posições cívicas”, onde em torno deles, agruparam-se “dois Rio Grandes intransigentes, obstinados, radicalizados, que se conservaram ou em luta aberta ou em choque partidário”: Gaspar Silveira Martins, “o protótipo do liberal”, de caráter “parlamentarista, defensor do sistema de governo de gabinete”; e Júlio de Castilhos, “positivista integral e apaixonado”, “preconizador do presidencialismo e [...] da ditadura científica” (Sá 1973, 15-27). A capacidade de liderança destes teria sido responsável pelo “surgimento, a estruturação e a persistência de dois partidos políticos”, “fortemente organizados, de programação nítida e flagrantemente opostas, que se caracterizaram sobretudo, pela fabulosa combatividade, pela bravura cívica e até pelo heroísmo de seus adeptos na luta constante pela defesa de seus ideários” (Sá 1973, 30-42).

Em suma, para Mem de Sá a “politização do Rio Grande” devia-se fundamentalmente “à criação e existência de dois Partidos, antagonicos e nitidamente diferenciados”, em um contexto caracterizado pela influência e o apego em torno das ideias²² e das lideranças, assim como por um suposto “dogma da fidelidade partidária”²³ (Sá 1973, 69; 100).

O republicano Arthur Ferreira Filho²⁴ elaborou uma síntese sobre a história do Rio Grande do Sul, colocando em evidência as “diferenças programáticas” entre o PRR e os demais partidos, fruto da orientação na “doutrina política de Augusto Comte”, enquanto os demais “apenas seguiam o federalismo presidencialista dos Estados Unidos”. Esta diferenciação acentuou-se com projeto

²¹ Importante membro do PL durante os anos de 1920 e 1930. É autor de duas obras relevantes ao debate proposto: “A politização do Rio Grande” (1973) e “Tempo de Lembrar” (1981).

²² O fator ideológico permanece como um elemento central em diversos momentos da análise: na descrição de Raul Pilla, “inteiramente devotado aos princípios do parlamentarismo”, de “fidelidade às ideias”, “intransigência quanto a princípios”, “um liberal convicto e fervoroso”; a personalidade de Assis Brasil que “não foi jamais um político no sentido vulgar do vocábulo” e sim “um predicador de princípios e um idealista que só por ideias se movia” (Sá 1973, 68; 110; 131-142).

²³ É possível supor que a dita politização sugerida pelo autor, nada mais é do que uma partidarização, fidelidade e adesão irrestrita a um partido, fenômeno fundamentalmente identificada pelos analistas e cronistas como característica central da política durante a Primeira República.

²⁴ Foi engenheiro e membro do PRR. Publicou diversos textos sobre o tema. Sua “História Geral do Rio Grande do Sul”, originalmente lançada em 1950, recebeu diversas reedições ao longo dos anos, sendo a última revisão publicada em 1974, versão utilizada em minha discussão.

constitucional que defendeu a “harmonização do executivo forte com as tradições liberais criadas pelos lutadores de 1835”, “inspirada no Sistema de Política Positivista”. Um dos principais pontos de sua interpretação reside na revolta de 1893. Para o autor, aquele acontecimento fora “um dos raros casos de guerra civil onde não entrou qualquer motivo de natureza econômica”, tendo sido “exclusivamente políticos”, aspectos que estiveram aliados aos “ressentimentos entre homens que, na disputa do poder no Estado, haviam recebido recíprocos agravos”, acrescidos dos “adversários ideológicos da Constituição [...] Silveira Martins e outros antigos chefes liberais, declarados parlamentaristas” (Ferreira Filho 1974, 151-152; 181-182). Em sentido similar, compreendeu a revolta de 1923 como resultado da luta anterior e de “ordem ideológica”, dada a persistência da inconformidade com o regime de “nítida inspiração positivista”, os ressentimentos com 1893 e as “violências com requintes de crueldade” praticadas no estado (Ferreira Filho 1973, 22).

Até aqui é possível perceber que alguns tópicos aparecem de maneira reiterada²⁵ através do uso de determinados termos, como por exemplo, “partidos das ideias e doutrinas”, “inflexibilidade de princípios”, “amor e luta pelos ideais”, “conflitos ideológicos”, “politização acentuada”, “superioridade do Rio Grande do Sul”. Para estes autores, boa parte daquilo que diz respeito ao mundo político parece ter girado em torno das ideias e das doutrinas, haja visto as avaliações sobre as causas das guerras civis de 1893 e 1923, lidas como, principalmente, em decorrência de “rivalidades e incompatibilidades doutrinárias”. Não obstante, os autores oscilaram na explicação sobre o centro da incompatibilidade ideológica entre situação e oposição: ora apontando para as diferenças entre “positivistas” e “liberais”; ora destacando as divergências entre o presidencialismo e parlamentarismo.

O elemento ideológico permaneceu presente por detrás da construção de uma divisão entre dois diferentes e conflitantes tipos de conceber e fazer política: a “política vulgar” relativa aos interesses pessoais e materiais, troca de favores e cargos; e a política “pura” que se movia apenas pelas ideias. Esta linha divisória constantemente foi utilizada tanto para diferenciar “os gaúchos dos demais brasileiros” destacando um sentimento de superioridade em relação aos demais estados e seus representantes, ou ainda, no jogo político regional, enquanto um instrumento de crítica aos adversários. Esta lógica dividia aqueles que eram detentores de “projetos” e “doutrinas” (geralmente os próprios correligionários, praticantes de uma política “positiva e correta”) e os que

²⁵ Em sua análise, Axt chegou a conclusões similares. Segundo ele, é possível destacar alguns temas dominantes neste segmento de escritores, como por exemplo, “a glorificação do gaúcho, a chamada ‘democracia sulina’, o alto nível do debate político, a firmeza doutrinária, a disciplina partidária, a honra dos políticos e guerreiros e a violência político-partidária”. Nesta ótica, o Rio Grande do Sul foi apresentado como “um ante a parte dentro do Brasil”, “de uma cidadania superior, produto de uma politização mais sólida do que a dos demais brasileiros”, estes “entregue a corrupção e a confusão de princípios em detrimento do bem comum” (Axt 2002, 18).

eram guiados apenas pela ambição e conquista de interesses pessoais e materiais (normalmente os adversários, de cunho pejorativo)²⁶.

A maioria destes autores basearam sua argumentação em fontes repletas de cores partidárias, principalmente, nos editoriais dos jornais político-partidários. Estes dados acabaram sendo, posteriormente, reproduzidos sem maiores cuidados e a devida crítica sobre sua relação circunstancial com os jogos de poder²⁷. Este fator pode ser entendido como uma das possíveis explicações para a ênfase em determinados elementos, observando-se que a temática ideológica, inicialmente utilizada como estratégia de legitimação política, acabou sendo incorporada e reproduzida por diferentes matrizes historiográficas.

Muitos dos elementos destacados até aqui encontram-se presentes de maneira aproximada nas obras desenvolvidas nas universidades na segunda metade do século XX²⁸. Neste segmento, uma contribuição importante veio do “brasilianista”²⁹ Joseph Love³⁰. O estudo³¹, considerado um marco nas análises sobre o tema, debruçou-se, principalmente, sobre o caso do PRR, caracterizando-o como um grupo de jovens unidos pela idade, pela educação, pelos negócios familiares e por “traços ideológicos” que os diferenciava dos demais: a defesa do federalismo, a opinião coesa e radical sobre a abolição da escravidão e a afinidade com a filosofia comteana. Sua coesão estava vinculada, principalmente, à disciplina “em termos de ideologia” e de “lideranças” (Love 1975, 29-30; 53). De maneira pioneira, Love se preocupou em resgatar os fatores relativos às origens sociais e trajetória das principais lideranças do partido, identificando no positivismo o

²⁶ Conforme tive a oportunidade de analisar em minha tese de doutorado através da consulta a imprensa político-partidária e a troca de correspondências entre lideranças políticas, estas “duas formas de ver e fazer política” como incompatíveis e completamente distantes uma da outra trata-se de uma construção da época e instrumento do jogo político-partidário. Ao analisarmos o contexto histórico em foco, é possível perceber que coexistiram e auxiliaram a moldar jogo político no Brasil (Dal Forno 2020).

²⁷ Ao analisar as contribuições historiográficas acerca dos projetos e grupos em disputa na Primeira República, Maria Janotti concluiu que, “apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados por homens da época”, fazendo com que “as visões dos testemunhos entrelaçaram-se as narrativas dos historiadores na constituição do próprio discurso histórico” e, com isto, valorizando determinadas versões e grupos em detrimento de outros (Janotti 2001, 141; 125).

²⁸ Cabe salientar que existem diferenças e especificidades importantes entre as contribuições anteriores e aquelas desenvolvidas no âmbito acadêmico. Nestas últimas, é saliente a maior preocupação com uma roupagem teórica e metodológica refinada para explicar os problemas diversos.

²⁹ Diversos estudiosos de fora do Brasil se interessaram pelo tema. Alguns deles, ainda não receberam tradução ou publicação no país, como Kornweibel (1971), Bak (1977), Cortés (2007) e Silvio Baretta (1991), brasileiro e com estudo desenvolvido no exterior. Mais recentemente, Jens Henstche publicou sua pesquisa sobre o impacto do positivismo na geração de políticos herdeiros de Castilhos, entre eles, Getúlio Vargas. A obra é simbólica acerca da persistência de estudos de “brasilianistas” sobre a política do Rio Grande do Sul, bem como a permanência de instrumentos explicativos voltados para o componente ideológico (Hentschke 2015).

³⁰ Além da obra referencial sobre o “regionalismo gaúcho” e o sistema político da Primeira República no Brasil (Love 1975), o autor também produziu uma síntese sobre o tema em formato de capítulo de livro (Love 2019)

³¹ O estudo foi originalmente defendido como tese de doutorado na Universidade de Columbia (1967), e, posteriormente traduzido e lançado no Brasil (1975). A experiência de estudo do autor foi relatada em entrevista concedida ao pesquisador Flavio Heinz (Heinz 2003).

seu principal elemento constituidor³². Para ele, o PRR “aderiu fielmente” às propostas de Comte que serviram tanto como base doutrinária da agremiação quanto um elemento de distinção, aspectos possíveis de serem percebidos na “política financeira conservadora de Borges”, na forma de tratar do tema operariado sob uma “ótica paternalista positivista”, na defesa da “liberdade de ensino” e entre outros assuntos³³ (Love 1975, 39; 163; 192; 180). Apesar disto, o autor alerta que “para a maioria dos elementos do PRR”, o positivismo foi “um enfeite ideológico de pouco significado” e com diversas incoerências, como por exemplo, adeptos que buscaram em Comte a justificativa do federalismo, enquanto este defendia o Estado centralizado como característica dos tempos modernos (Love 1975, 110-111).

Com argumentação centrada fundamentalmente na análise do positivismo encontram-se as obras dos filósofos Ricardo Vélez Rodríguez³⁴ e Nelson Boeira. O primeiro analisou o pensamento de Castilhos e sua influência na formação daquilo que classificou como “castilhismo”, doutrina embasada pelo positivismo, mas que não correspondeu a uma transposição mecânica e sim uma adaptação às condições históricas locais, inspirando “um governo autoritário, não representativo, que pospõem as liberdades individuais ante o interesse da segurança do Estado, assumindo forte caráter tutelar-moralista e conservador”. Para Rodríguez, existiram diferenças fundamentais entre castilhismo e comtismo: o primeiro, propagou a presença dominante do Estado nos diferentes espaços da vida social e criou “uma infraestrutura econômica, política e jurídica para perpetuar tal estado de coisas”, tendo sido essencialmente mais “totalitário”³⁵ que o segundo (Rodríguez 2000, 14; 271-275).

O estudo de Boeira³⁶ examinou os diferentes aspectos da doutrina positivista no estado, propondo uma leitura múltipla sobre o fenômeno e sua influência em termos de conteúdo, funções,

³² Cabe destacar que a obra de Love não pode ser reduzida a isto. O autor apresentou contribuição primordial na desconstrução da tradicional explicação sobre a “política do café com leite” e a alternância no poder entre mineiros e paulistas na Primeira República, propondo novos elementos para o debate (Love 1975; 264-265).

³³ Apesar da tentativa de localizar os elementos doutrinários, Love foi criticado por Maria Antonacci por não ter analisado “como a ideologia positivista interferiu nas ações do PRR” se limitando a apenas a indicar supostos atos que teriam sido influenciados pela doutrina (Antonacci 1981, 9).

³⁴ A obra original data de 1980. O estudo foi revisado e ampliado em nova publicação (2000). De acordo com Pezat, um dos pontos fundamentais da obra é o fato de Rodríguez apoiar-se em leituras diretamente de Comte, aspecto nem sempre respeitado pelos demais analistas (Pezat 2006, 265-266).

³⁵ A classificação do regime castilhista enquanto “totalitário” me parece um pouco desproporcional aos aspectos identificados no sistema político da Primeira República em comparação a outros regimes usualmente considerados como totalitários. Sobre o tema, ver: Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 2006; Zizek, Slavoj. *O Totalitarismo*. São Paulo: Boitempo, 2013. Além disto, na leitura do texto é possível identificar um juízo de valor sobre o PRR através de algumas afirmações: “agressivo ciclo castilhista”, “herança negativa”, “hipertrofia do Executivo e o desvirtuamento da representação”, “um passo atrás no esclarecimento alcançado pela consciência brasileira” etc. (Vélez Rodríguez 2000, 275).

³⁶ Tese de doutorado defendida na Universidade de Yale e jamais traduzida para o português. Uma síntese do estudo foi publicada como capítulo de livro, texto utilizado em minha análise (Boeira 1980). Para compreender sua linha de

periodizações, longevidades e públicos variáveis. Neste sentido, reconheceu “três tipos de positivismo” atuando na vida política e cultural entre os anos de 1870 e 1930: “político” (que interessa pontualmente a discussão proposta), “difuso” e “religioso”. Esta multiplicidade indica que a doutrina atuou por vezes como “modismo ou como um vocabulário útil, outras como uma autoridade intelectual ou justificação do autoritarismo, outras ainda como religião ou heresia a extirpar”. Em sua concepção, os historiadores do tema não perceberam “as flutuações da moralidade” e consideraram os “princípios como elementos de frequência e inércia”, sendo necessário avaliar que os políticos facilmente “abandonavam o que não servia ou acatavam aquilo que parecia útil”: os republicanos, quando no poder “defendiam o comtismo” e fora dele “voltavam-se contra os malefícios reais ou presumidos da doutrina”, e a oposição “quando cooptada, elogiava aspectos do positivismo”. Para Boeira, a doutrina esteve sujeita a “omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase”, em movimentos regidos “de um lado pelas variações dos interesses materiais e políticos de seus usuários e, de outro, pelos modismos intelectuais e pelo confronto com seus concorrentes ideológicos”. Além disto, este embasamento foi regulado pela concorrência com doutrinas opostas, a luta com a oposição “serviu para reforçar a unidade ideológica” e “aderir as posições doutrinárias do partido tornou-se uma forma de definir a identidade política” (Boeira 1980, 54; 34-37).

O fenômeno do positivismo também emerge como aspecto fundamental nas análises de três historiadoras: Sandra Pesavento³⁷, Maria Antonacci e Céli Pinto. A primeira, propôs explicar o sistema político através da relação entre o Estado, de “feição positivista e cunho autoritário”, e a economia “de base predominantemente agropecuária”, em um contexto de estruturação das bases do capitalismo e de transformação do setor pecuarista. Em seu entendimento, o Rio Grande do Sul foi o único ente da federação que se “**orientou politicamente segundo uma linha de pensamento de uma ideologia determinada**”. A doutrina comtiana, com “conotações de autoritarismo”, atuou como a “ideologia inspiradora da organização administrativa e das diretrizes políticas”, sendo adaptada às condições locais e servindo como um “reforço na justificativa do autoritarismo vigente”. Esta singularidade não significou que o estado tenha sido “positivista *in*

argumentos, o autor expõem alguns esclarecimentos: 1) o entendimento de que “o positivismo somente teve impacto sobre parcela restrita da elite”, sua decorreu do fato de que esta concentrou grande poder político e seus membros eram dotados de cultura e educação formal; 2) apesar de burocratizado, não significa que o PRR não estivesse comprometido com o coronelismo, embora seja notório a “utilização de uma ideologia com certa estabilidade” e que apesar de ser “incompreendida” por grande parte dos adeptos, “era um critério (entre outros) para o acesso e o avanço na estrutura partidária” (Boeira 1980, 34-35).

³⁷ Da vasta obra bibliográfica da autora, dois textos são fundamentais para a reflexão proposta (Pesavento 1979; 1980).

totum”, mas que foi onde estas ideias encontraram maior eco e exequibilidade (Pesavento 1979, 194-196; 205, grifo meu).

A análise de Maria Antonacci debruçou-se sobre o contexto da década de 1920, discutindo a relação entre crise econômica, oposições políticas e guerra civil de 1923. Segundo a autora, o positivismo foi a ideologia responsável por inspirar o grupo no poder, presente na conciliação entre “ordem e progresso”, no “livre desenvolvimento da iniciativa individual”, na ação reguladora do estado sobre as classes sociais conforme às necessidades do bem público etc. Apesar disto, chama atenção para o fato que os republicanos, para manterem-se hegemônicos, contaram com diferentes fatores, tais como, o apoio do governo federal, o respaldo da política dos governadores, a utilização Brigada Militar e a capacidade de mobilização dos “coronéis” (Antonacci 1981, 20-26; 33). Ao explicar a revolta de 1923, o foco central de sua análise, Antonacci defende que o conflito se tratou de um conflito no interior da classe dominante, revelando o choque entre “projetos distintos” (positivista x liberal-democrático), liderados por Borges de Medeiros e Assis Brasil, em torno da organização do estado e a forma de conformar a sociedade e atender seus interesses (Antonacci 1981, 92).

Por sua vez, Pinto³⁸ analisou a doutrina comtiana enquanto projeto implementado pelo PRR, aspecto que tornou o movimento republicano singular. Sua hipótese é de que o partido desenvolveu um “projeto não oligárquico” na medida em que se apresentou como executor de políticas que “respondiam aos interesses do estado como um todo”, construindo uma base de apoio que lhe deu condições de manter-se hegemônico no governo estadual e de liderar a campanha de 1930 à frente dos grupos de oposição, tendo em vistas a limitação destes em incorporar demandas diversificadas, fruto de suas posições liberais. Segundo a autora, o PRR se diferenciou pela preocupação com a questão ideológica e a disciplina, apresentando-se como defensor de um conjunto de princípios coerentes, perceptíveis “claramente em todas as suas manifestações”, tanto no “proselitismo político de *A Federação*”, quanto “nas declarações oficiais do governo”. O partido, ao contrário dos demais grupos oligárquicos, “governava a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões” (Pinto 1986; 12-13; 24; 67-68).

Outra tendência analítica pode ser visualizada na ênfase sobre a divisão entre “conservadores-autoritários” e “conservadores-liberais” para explicar o sistema político proposta

³⁸ Além da tese citada, a autora produziu diversos outros textos sobre a política do período.

pelo cientista político Helgio Trindade³⁹. O autor investiu na defesa da “singularidade do sistema político rio-grandense” decorrente da “presença hegemônica do PRR, de forte disciplina hierárquica e ideológica e pela constituição de uma oposição política de tradição liberal”. Dessa forma, identificou a característica básica da classe dirigente na cisão por radicalismos ideológicos, em uma “tradição política” de polarização vivida desde os tempos imperiais⁴⁰ e que persistiu no período republicano (Trindade 1979b, 15-18). Neste quadro, o autor destaca a relevância da “persistência de uma **clivagem ideológica entre duas ‘famílias políticas’** que se confrontam através de diferentes movimentos e estruturas partidárias”, os “conversadores-autoritários e conservadores-liberais”⁴¹, vinculados, respectivamente, ao PRR e PF/PL, como resultado de uma divisão no interior da oligarquia regional baseada no setor rural de grande propriedade e de economia agropecuarista. Nesta divisão reside o principal argumento do autor: a percepção de que, por um lado, existe um fosso ideológico que dividiu a classe dominante em grupos incompatíveis e antagônicos em torno do tema da “organização do Estado” e o “relacionamento deste com a sociedade civil” (Trindade 1979a, 119; 187, grifos meus); por outro lado, sugere a origem de ambos em uma mesma composição socioeconômica⁴².

A linha argumentativa proposta por Trindade sobre a polarização entre partidos “bem-organizados” e com “nítida orientação ideológica” (Trindade 1979a, 143) influenciou diversos estudos⁴³, dentre elas, a pesquisa de Maria Izabel Noll⁴⁴. Segundo a autora, as duas correntes

³⁹ O cientista político desenvolveu sua pesquisa durante a década de 1970 e publicou diversas contribuições sobre o tema.

⁴⁰ O estudo de Helga Piccolo indicou similar relevância na cisão político-ideológica durante o período imperial, onde estariam as raízes da bipolarização do período republicano (Piccolo 1974). De acordo com ela, a revolta federalista, por exemplo, tratou-se de um “choque entre dois projetos políticos distintos, entre duas maneiras de pensar a organização política da república” (Piccolo 1982, 127).

⁴¹ Alguns autores sugerem maiores cuidados com o tema: Abreu demarcou a relevância de considerar que doutrina não foi tão marcante para as tomadas de posição da “geração de 1907”, o que permitiu um melhor relacionamento com os opositoristas (Abreu 1997, 31-33); Grijó questionou a “clivagem ideológica”, argumentando que as referências ao “castilhismo positivismo” ou “liberalismo” podem ser facilmente identificados nas “manifestações públicas” (jornais ou pronunciamentos) em espaços “institucionalizados e pretensamente ‘cultos’ e/ou ‘doutos’”, locais onde o jogo político assumia a forma de “disputa retórico-oratória pontuadas por citações dos grandes mestres” (Grijó 1998, 100-101); Axt igualmente criticou o viés explicativo, já que este “reproduz a ideia de cizânia entre gasparistas e castilhistas, não acrescentando novos elementos a explicação” e na qual “permanece a crença na superioridade política em relação ao restante do Brasil” (Axt 2011, 24-25).

⁴² Esta constatação levou a construção de algumas hipóteses de investigação em minha tese de doutorado: seriam estes agentes de, por exemplo, PRR e PL, tão diferentes em suas concepções políticas? Se problematizarmos sociologicamente suas origens, experiências e formações, assim como apreciarmos suas tomadas de posição, percepções e visões de mundo, não veríamos que se trata de grupos e lideranças similares? Diante deste olhar, a divisão em duas famílias político-ideológicas sectariamente divididas se sustentaria? (Dal forno 2020).

⁴³ Para além dos pontos questionados, o estudo possui méritos e contribuições essenciais para o avanço na compreensão do tema e influenciou diversos pesquisadores. Por exemplo, o estudo de Loiva Félix (1987), apesar de atentar para aspectos alternativos (papel do coronelismo e as relações entre poder local e poder estadual), igualmente reproduziu a divisão entre as famílias político-ideológicas (Felix 1987, 19).

⁴⁴ A obra em análise trata-se da dissertação de mestrado da autora defendida sob orientação de Trindade (Noll 1980).

antagônicas “eram extremamente fiéis aos pressupostos ideológicos de suas agremiações partidárias” e traziam ao debate “o dogmatismo positivista de Júlio de Castilhos e o autoritarismo pragmático de Borges de Medeiros” e “a retórica liberal parlamentarista de Gaspar Silveira Martins e o republicanismo liberal presidencialista de Assis Brasil” (Noll 1980a, 16, grifo meu). Para a autora, estas divisões vinculam-se ao rompimento entre as classes dominantes, com raízes no período imperial e recrudescimento na República. Os grupos tenderam a apresentar um corpo de projetos conservadores, divergindo apenas na forma de organização do sistema: o PRR com uma visão mais autoritária e a oposição com uma concepção mais liberal, de caráter parlamentarista ou presidencialista. As lideranças e grupos permaneceram “extremamente fiéis” a estes princípios e “radicalmente polarizados até a ascensão de Vargas ao poder” (Noll 1980, 16-17).

Sobre o conjunto de estudos elaborados no âmbito acadêmico ao longo da segunda metade do século XX cabe realizar alguns apontamentos. Em primeiro lugar, a existência de duas tendências principais inseridas em um quadro de valorização e predominância da dimensão ideológica⁴⁵: a ênfase no positivismo como elemento determinante; e a centralidade da polaridade entre projetos ideológicos ditos divergentes. Assim como nas contribuições anteriores, percebe-se que o cerne das interpretações permaneceu marcado pela temática das ideias e pela utilização dos discursos político-ideológicos da época. Neste quadro, destacam-se algumas questões relevantes. É possível perceber que grande parte da literatura se encontra de acordo sobre os determinados “preceitos positivistas” identificados no projeto do PRR. Todavia, existem discordâncias pontuais sobre esta influência: Rodríguez e outros consideram que a doutrina influenciou na defesa de um executivo extremamente forte, já Antonacci percebeu a “pouca intervenção do estado” como fruto da mesma determinação; a mesma autora argumentou que a taxa de impostos no setor pecuarista, defendida por Love como uma “discriminação regional contra a campanha”, na verdade fazia parte do “projeto positivista”. Outro exemplo, encontra-se nas interpretações sobre a obra escrita por Borges de Medeiros nos anos de 1930⁴⁶: para Noll e Carlos Cortés, o texto significou uma “transformação ideológica” e atualização de opiniões sobre o sistema político (Noll 1980, 140; Cortés 2007, 100); por sua vez, Rodríguez defendeu que a obra “não passa de uma confirmação das ideias autoritárias” e longe de ser um rompimento com Comte, deixa ver a posição “de um velho inimigo do sistema representativo” (Rodríguez 2000, 144). Ao que tudo indica, muitos

⁴⁵ Neste sentido, sobressaem-se alguns termos: “orientações ideológicas superiores”, “polarização ideológica”, “justificativa e legitimação”, “projetos distintos e divergentes”, “coerência e disciplina de princípios”, “radicalismos entre projetos ideológicos”, “castilhismo positivista”, “liberalismo”, “singularidade”, “padrão nacional versus especificidade regional”, “bipartidarismo”, “etc.

⁴⁶ Obra escrita durante sua prisão, pelo governo de Vargas, na cidade de Recife, Pernambuco. Ver: Medeiros (1933).

autores partiram de um mesmo dado inquestionável, a influência e determinação do embasamento ideológico nas condutas políticas, mas acabaram chegando a conclusões diferentes e, por vezes, até mesmo antagônicas, em um problema que pode de ser entendido à luz da crítica de Boeira de que o positivismo, em alguns casos, atuou como uma “camisa de fora”, levando pesquisadores a encaixá-lo de diferentes formas (Boeira 2002, 240).

Outro ponto importante diz respeito a manutenção de uma ótica sobre a “especificidade” ou “superioridade” dos quadros políticos regionais frente ao demais entes da federação. Esta linha de argumentos, fruto dos discursos políticos da época, permaneceu contaminando as impressões historiográficas desde os escritos de contemporâneos e foi, em partes, reproduzida pelos estudos acadêmicos. Esta visão aparece através de um entendimento de que determinados aspectos do estado foram “diferentes” ou até mesmo “melhores” frente ao panorama geral da história política brasileira, como, por exemplo, na ideia da “tradição de bipartidarismo”: enquanto nas demais regiões vivia-se o “marasmo” dos partidos únicos, no estado sobressaiu a prática democrática de organização e disputa entre grupos divergentes.

Não obstante, é possível identificar a percepção por parte dos estudiosos sobre as incoerências e inconsistências percebidas nas tão propagadas visões de “fidelidade”, “disciplina” e “coesão ideológica”⁴⁷. Estas considerações aparecem nos textos através de passagens que destacam os “posicionamentos tácitos”, as “adequações conjunturais das ideias”, o “poder moldando a ideologia”, a “camuflagem retórica na luta pelo poder”, a “flutuações das ideias”, os “ciclos do discurso diante das fases da luta política” e as “conveniências políticas”. Através disto, pode-se sugerir que muitos autores se preocuparam em apresentar episódios e conjunturas que demonstrassem os diferentes tipos de incoerências, divergências e mudanças de posicionamentos, com isto, abrindo possibilidades de pensar outros elementos e recursos para além da determinação ideológica.

Cabe destacar que este conjunto de autores acadêmicos foi o principal responsável por inserir diversos novos elementos ao debate, bem como ampliar a compreensão de muitos aspectos fundamentais sobre o assunto, tais como: a discussão sobre a ideia de cisão e fração da classe dominante; o exame das diferentes estratégias empenhadas pelos agentes e grupos na luta pelo poder; as relações com outros níveis de poder, como a esfera federal e a importância das bases locais; a presença e influência do coronelismo e aspectos correlatos ao seu funcionamento; o papel

⁴⁷ Neste sentido, principalmente, Rodríguez e Boeira demonstraram maiores cuidados com a influência das premissas ideológicas na política partidária, atentando para leituras múltiplas e conjunturais do fenômeno, destacando a diversidade de ideias, suas diferentes apropriações e a existência de ciclos no discurso.

desempenhado por determinadas lideranças; a construção do regime republicano no âmbito regional; a participação do PRR na política dos governadores; e entre diversos outros tópicos instigantes e fundamentais para um melhor entendimento do funcionamento do sistema político da Primeira República.

Considerações finais

Através da análise das diferentes contribuições selecionadas identifiquei a presença de alguns elementos centrais e problematizados ao longo do texto. Cabe retomar alguns deles e complementar com outras notas interpretativas. Em primeiro lugar, destaca-se uma narrativa que classificou os partidos e líderes do Rio Grande do Sul como guiados exclusivamente por “ideias e princípios”, com isto, afastados das “mazelas e problemas” que supostamente contaminaram a política brasileira ao longo do período. Esta visão de excepcionalidade esteve vinculada à concepção de “pureza” e “superioridade” praticada na política partidária regional. Neste quadro situa-se a íntima conexão entre lideranças e ideologias. Estes dois aspectos aparecem interligados nas explicações propostas, sendo os líderes, na maioria das vezes, descritos enquanto “brilhantes” e “superiores” justamente pela sua capacidade de “doutrinação”, embasamento e atuação fiel e coerente com o plano das ideias. Afastados dos interesses materiais e das ambições pessoais de poder, estes agentes seriam “homens de princípios”, guiados por uma constelação de ideias definidas e coerentes ao longo de sua trajetória de vida.

Estes aspectos permitem refletir sobre a relação entre os políticos e o plano doutrinário. De maneira geral, ao analisarmos a historiografia, tem-se a impressão de que todos aqueles políticos dominavam amplamente estes códigos e teorias. Obviamente, estas concepções encontravam-se presentes em nomes como Assis Brasil, Júlio de Castilhos e muitos outros, os quais materializaram seus pensamentos e visões através de publicações como programas partidários, artigos, livros, projeto de constituição e manifestos. Mas, seria possível aplicar esta mesma percepção a todos os demais? Todos aqueles inseridos no mundo político eram leitores, pensadores e possuíam o domínio das teses liberais ou positivistas como parecem crer as análises historiográficas? Da mesma maneira, é possível identificar a presença de uma “ilusão biográfica”, tal qual denunciada por Pierre Bourdieu, segundo a qual um percurso de vida poderia ser lido como um projeto definido e inteligível, com início, meio e fim coerente e linear (Bourdieu 2001, 185-190). A figura de Castilhos, por exemplo, em diferentes contribuições aparece reiteradamente descrito como condutor de determinados posicionamentos desde jovem nos bancos acadêmicos até sua ascensão política e partidária, sempre fiel a doutrina que empolgava suas tomadas de decisões.

Além disto, a centralidade de determinadas lideranças específicas, tema já amplamente visitado e debatido⁴⁸, também pode ser apreendido através do elevado número de biografias ou estudos produzidos em torno de determinadas personalidades, como por exemplo, Júlio de Castilhos⁴⁹, Borges de Medeiros⁵⁰, Gaspar Silveira Martins⁵¹ e Joaquim Francisco de Assis Brasil⁵². Neste sentido, em paralelo ao fator ideológico, os personalismos e as explicações voltadas para os conflitos pessoais parecem ter sido as principais fontes de argumentos, principalmente entre os “historiadores não acadêmicos”, mas, ainda relativamente presente nas abordagens desenvolvidas nas universidades.

A combinação entre ideologias e “grandes lideranças” podem ser consideradas duas linhas-mestres na construção das mais diferentes interpretações. Para citar apenas dois exemplos sobre o funcionamento desta lógica: as explicações sobre o processo de formação do Partido Libertador, caracterizadas pelo enfoque excessivo na atuação de Assis Brasil e na discussão sobre a centralidade dos conflitos e dificuldades em conciliar parlamentarismo e presidencialismo no programa partidário (Fontoura 1958, 302-310; Sá 1972, 67-69; Cortés 2007, 35-41; Trindade 1979a, 168-169); ou ainda, no destaque ao perfil “conciliador” de Getúlio Vargas para a formação da Frente Única Gaúcha e da campanha da Aliança Liberal, bem como na ideia de construção de um “projeto liberal de salvação da república brasileira” empreendido pelas elites (Love 1975, 242; Pesavento 1979, 225; Trindade 1979, 166-167; Noll 1980, 23-24; Félix 1987, 157-158; Grijó 1998, 200).

Outro ponto importante, é de que a linha argumentativa sobre ideologias influenciou na construção de uma visão de singularidade e superioridade na trajetória histórica dos sul-rio-grandenses em comparação aos demais entes da federação. Os partidos e políticos do estado seriam mais “politizados”, apresentariam uma “fidelidade partidária” mais destacada e um “corpo de doutrinas e princípios” mais coerente e coeso. Estes argumentos faziam parte do contexto histórico em análise, eram também instrumentos do jogo político-partidário, formas de legitimar a si e criticar os adversários, mas que, igualmente, acabaram contaminando as análises posteriores.

Por fim, cabe destacar que se nem tudo foi “positivismo” ou “liberalismo” na política do estado sulino, nem tudo foi ideologia nas explicações e descrições historiográficas propostas. Nas narrativas e análises de diferentes autores emergiram outras possibilidades de pensar a temática: a discussão sobre a ideia de cisão e fração da classe dominante; o exame das diferentes estratégias

⁴⁸ Trindade (1979), Antonacci (1981) e Axt (2011) criticaram as vertentes de estudos que se preocuparam em demasia com determinadas lideranças e reduziram as explicações sobre o tema em torno de determinados nomes.

⁴⁹ Por exemplo: Campos 1903; Rosa 1928; Franco 1967; Soares 1991; Bakos 2006.

⁵⁰ Por exemplo: Almeida 1928; Medeiros 1961; Civita 1970; Pesavento 1990.

⁵¹ Por exemplo: Porto 1891; Martins 1929; Orico 1935; Jacques 1960; Alves 2001.

⁵² Por exemplo: Souza 1958; Brossard 1989; Osório 1986; Reverbel 1990; Aita 2006.

empenhadas pelos agentes e grupos; as relações com outros níveis de poder, como a esfera federal e a importância das bases locais; a presença e influência do coronelismo e aspectos correlatos ao seu funcionamento⁵³; a construção do regime republicano no âmbito regional; e entre diversos outros tópicos instigantes.

O objetivo dessa análise não foi de negar a importância do elemento ideológico no sistema político do Rio Grande do Sul republicano, muito menos desconsiderar uma série de profícuas e instigantes contribuições produzidas em torno do tema. Mas sim, identificar e problematizar sobre de que forma este elemento paulatinamente se constituiu como determinante nas explicações historiográficas, contribuindo para sucessivas e repetidas interpretações e visões sobre o contexto histórico, ao mesmo tempo em que encobriu outros tópicos importantes para a compreensão do jogo político da época, como por exemplo, as relações clientelares, os acordos e pragmatismos das elites, a importância das suas bases e interesses socioeconômicos, a atuação dos grupos e agentes de oposição e muitos outros assuntos que ainda estão por serem estudados e/ou aprofundados pela historiografia.

Referências bibliográficas

- Abreu, Luciano Aronne de. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- Aita, Carmen. “Liberalismo & república: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil”. Tese de doutorado, Porto Alegre, PUC, 2007.
- Almeida, João Pio de. *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- ALVES, Francisco das Neves. *O tribuno do império: Gaspar da Silveira Martins sob o prisma da imprensa*. Rio Grande: FURG, 2001.
- Antonacci, Maria Antonieta. “A Revolução de 1923: as oposições na República Velha.” *Em: RS: economia e política*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (orgs.). p. 229-253. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- Antonacci, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- Axt, Gunter. “Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas”. *Métis (UCS)*, v. 1, n.1 (2002): 39-70.
- Axt, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- Bak, Joan Lamayson. “Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The Case of Rio Grande do Sul, 1890-1937”. Tese de Doutorado, EUA, Yale University, 1977.
- Bakos, Margaret. *Júlio de Castilhos: Positivismo, abolição e república*. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

⁵³ O fenômeno é tema antigo e recorrente. Para o caso sul-rio-grandense, um dos principais trabalhos a aprofundarem o tema e inaugurar um novo campo de estudos foi produzido por Félix (1987).

- Baretta, Sívio Rogério Duncan. “Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil”. Tese de Doutorado, EUA, University of Pittsburgh, 1991.
- Boeira, Nelson. “O Rio Grande de Augusto Comte”. EM: *RS: cultura e ideologia*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (Orgs). p. 34-59. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- Boeira, Nelson. “O positivismo do Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa”. Em: *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Reckziegel, Ana Luiza; Félix, Loiva Otero (org). p. 237-246. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- Brossard, Paulo. *Ideias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989.
- Campos, Emílio de. *Júlio de Castilhos: sua ação política e social no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1903.
- Civita, Victor. *Borges de Medeiros: 1863-1961*. São Paulo: Abril Cultural, 1970.
- Cortés, Carlos E. *Política Gaúcha (1930 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- Dal Forno, Rodrigo; Lapuente, Rafael (orgs.). *Clássicos de história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- Dal Forno, Rodrigo. “O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920.” Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- Dal Forno, Rodrigo. “Como se em política fosse possível agir sem manhã, sem o senso de oportunidade”: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933)”. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- Elmir, C. P.; Machado Junior, C. S. “A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2011)”. Em: *Do passado para o futuro*. Raquel Glezer. (Org.) v. 1, p. 275-290. Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.
- Escobar, Wenceslau. *Apointamentos para a história da revolução Rio-Grandense de 1893*. Porto Alegre: Globo, 1920.
- Escobar, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922.
- Ferreira Filho, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973.
- Ferreira Filho, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. Porto Alegre: Globo, 1974.
- Ferreira, Marieta M.; Pinto, Surama. “Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas.” *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 23 (2017): 25. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230301>
- Félix, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.
- Figueiredo, Vitor. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017. <https://doi.org/10.24824/978854441836.9>
- Flores, Ericson. “Um posto de combate e uma tribuna de doutrina: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932).” Dissertação de Mestrado, Passo Fundo: UPF, 2009.
- Flores da Cunha, José Antônio. *A Campanha de 1923*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- Fontoura, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.
-

- Fontoura, João Neves da. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- Franco, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- Grijó, Luiz Alberto. “Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- Gutfreind, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- Heinz, Flávio; Love, Joseph. “Entrevista com Joseph L. Love.” *Estudos Históricos*, v. 32, n.32 (2003) 165-177.
- Hentschke, Jens. *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- Holanda, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.
- Jacques, Paulino. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1960.
- Janotti, Maria de Lurdes. O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- Kornweibel, Richard. “Júlio de Castilhos and the Republican Party of Rio Grande do Sul.” Tese de Doutorado, Santa Bárbara: University of Califórnia, 1971.
- Love, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- Love, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. Em: *Clássicos de história política: o Rio Grande do Sul e a Primeira República*. Dal Forno, Rodrigo; Lapuente, Rafael (orgs.), p. 73-107. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.
- Marques, Antero. *Mensagem a Poucos e do Ibirapuitã ao Armistício*. Porto Alegre: Edigal, 2005.
- Martins, José Júlio Silveira. *Silveira Martins*. Rio de Janeiro: São Benedicto, 1929.
- Medeiros, Borges de. *O Poder Moderado na República Presidencial*. Recife: S. A. Diário de Pernambuco, 1933.
- Medeiros, Poty. *Borges de Medeiros: alguns aspectos de sua vida*. Porto Alegre: s/e, 1961.
- Noll, Maria Isabel. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul - 1928-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 1980.
- Orico, Oswaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- Osório, Pedro Luís. *Assis Brasil*. Porto Alegre: Tchê! 1986.
- Osório, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- Perissinotto, Renato Monseff; Sêga, Rafael Augustus. "Republicanism Paulista e Republicanismo Gaúcho, entre o partido de classe e o partido de Estado: aproximações e distinções (1873-1930)". *Revista Almanack*, n°2, julho/dezembro de 2011: p. 101-113. <https://doi.org/10.1590/2236-463320110207>
- Pesavento, Sandra. “República Velha gaúcha: Estado autoritário e economia”. Em: *RS: economia e política*. Dacanal, José Hildebrando; Gonzaga, Sergius (orgs.). p. 193-255. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
-

- Pesavento, Sandra. *Borges de Medeiros*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- Pesavento, Sandra. “O velho/novo positivismo.” Em: *Revisitando o positivismo*. GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (orgs). p. 59-64. Canoas: Editora La Salle, 1998.
- Pezat, Paulo Ricardo. “O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha.” *Anos 90*. v. 13 (2006): 255-285. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6404>
- Picollo, Helga. *A política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- Picollo, Helga. “A História do Rio Grande do Sul: uma História em Processo de Revisão e Elaboração. O movimento republicano no século XIX - 1a. Parte”. *Revista Brasileira de História*, n.4 (1982): 233-242.
- Pinto, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: LPM, 1986.
- Pinto, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.
- Porto, José Mariano. *Apontamentos biographicos de Gaspar da Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1891.
- Ricci, Paolo; Zulini, Jacqueline. “Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2 (2014): 443-479. <https://doi.org/10.1590/0011-5258201414>
- Ricci, Paolo; Zulini, Jacqueline. “Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República.” Em: *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, José Almino (Org.). p. 195-225. Porto Alegre: PUCRS, 2016.
- Rosa, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.
- Rouston Jr., Eduardo. “A oposição federalista na Câmara dos Deputados: atuação, ideias e trajetórias de algumas lideranças políticas (1906-1926).” Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- Reverbel, Carlos. *Assis Brasil*. Porto Alegre: IEL, 1990.
- Russomano, Victor. *História Constitucional do Rio Grande do Sul*. Pelotas: O Globo, 1932.
- Sá, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- Sá, Mem de. *Tempo de Lembrar*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- Saccol, Tassiana. “De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)”. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- Soares, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- Souza, J. P. de Coelho. *O pensamento político de Assis Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- Trindade, Helgio. “Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937)”. Em: *RS: economia e política*. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.) p. 119-191. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979^a.
- Trindade, Helgio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul, 1889-1937*. Porto Alegre: Sulina, 1979b.
-

Trindade, Helgio (Org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

Viscardi, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

Viscardi, Cláudia. *Unidos perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

Véléz Rodríguez, Ricardo. *Castilbismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST, 1980.

Véléz Rodríguez, Ricardo. *Castilbismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

Recebido: 09 de abril de 2021
Aprovado: 11 de maio de 2021